

ENTRE O SILÊNCIO E A VOZ: EPISTEMOLOGIAS DISSIDENTES, SURDEZ E PRÁTICAS DE NUMERAMENTO

BETWEEN SILENCE AND VOICE: DISSIDENT EPISTEMOLOGIES, DEAFNESS AND NUMERACY PRACTICES

ENTRE EL SILENCIO Y LA VOZ: EPISTEMOLOGÍAS DISIDENTES, SORDERA Y PRÁCTICAS DE NUMERACISMO

Edmarcius Carvalho Novaes¹

Renata Bernardes Faria Campos²

Caroline Monalisa da Silva Oliveira³

Jakson Fonseca de Souza⁴

Márcio Frutuoso da Silva⁵

RESUMO: Este trabalho, de natureza teórica, ensaística e bibliográfica, analisa a dissertação de Edmara Carvalho Novaes (2020) sobre as práticas de numeramento de surdos na Associação de Surdos de Governador Valadares (ASUGOV), em diálogo com as formulações de Renata Pereira Lima Aspis (2023) sobre epistemologias viscerais, a sociologia do campo científico de Pierre Bourdieu (2004) e a crítica à subalternidade de Gayatri Spivak (2010). O objetivo é compreender de que modo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), concebida como demarcador territorial e cultural, desafia a racionalidade cartesiana e logocêntrica, reconfigurando o estatuto do conhecimento em direção a uma epistemologia situada e corpórea. Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa fundamentada no cruzamento entre aportes sociológicos, filosóficos e os dados do cotidiano da ASUGOV. Argumenta-se que a imposição da língua majoritária escrita e da matemática escolar opera uma violência epistêmica que desqualifica a experiência espaço-visual surda. Os resultados evidenciam que o território surdo se desdobra em territorialidade linguística, saberes visuais-espaciais e formas dissidentes de numeramento. Conclui-se que a bibliografia utilizada neste trabalho indica a legitimidade epistemológica da Libras desestabiliza os requisitos de admissão do campo científico, constituindo um gesto político de contracolonização indispensável para uma ciência inclusiva e aberta a saberes insurgentes.

Palavras-chave: estudos surdos. Libras. Numeramento. epistemologias dissidentes. subalternidade.

¹ Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e Pesquisador integrante do corpo permanente do Mestrado Acadêmico em Gestão Integrada do Território e do Mestrado Profissional em Gestão de Conflitos, Direitos e Humanidades da Universidade Vale do Rio Doce.

² Doutora em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Professora e Pesquisadora integrante do corpo permanente do Mestrado Acadêmico em Gestão Integrada do Território e do Mestrado Profissional em Gestão de Conflitos, Direitos e Humanidades da Universidade Vale do Rio Doce.

³ Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Mestranda em Gestão Integrada de Território pela Universidade Vale do Rio Doce.

⁴ Bacharel em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce. Mestrando em Gestão Integrada de Território pela Universidade Vale do Rio Doce.

⁵ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Leste de Minas. Mestrando em Gestão Integrada de Território pela Universidade Vale do Rio Doce.

ABSTRACT: This critical review, of a theoretical, essayistic, and bibliographic nature, analyzes Edmara Carvalho Novaes's (2020) dissertation on the numeracy practices of deaf individuals at the Deaf Association of Governador Valadares (ASUGOV), in dialogue with Renata Pereira Lima Aspis's (2023) formulations on visceral epistemologies, Pierre Bourdieu's (2004) sociology of the scientific field, and Gayatri Spivak's (2010) critique of subalternity. The objective is to understand how Brazilian Sign Language (Libras), understood as a territorial and cultural marker, challenges Cartesian and logocentric rationality, reshaping the status of knowledge toward a situated and corporeal epistemology. Methodologically, an integrative qualitative literature review was conducted, based on crossing sociological, philosophical frameworks with the daily empirical context of ASUGOV. It is argued that the imposition of the written majority language and school mathematics operates an epistemic violence that disqualifies deaf visual-spatial experience. The results reveal that deaf territory unfolds into linguistic territoriality, visual-spatial knowledges, and dissident numeracy practices. It concludes that recognizing the epistemological legitimacy of Libras destabilizes the admission requirements of the scientific field, forming a political gesture of counter-colonization essential for an inclusive science open to insurgent knowledges.

Keywords: deaf studies. Libras. Numeracy. dissident epistemologies. subalternity.

RESUMEN: Este trabajo, de naturaleza teórica, ensayística y bibliográfica, analiza la tesis de maestría de Edmara Carvalho Novaes (2020) sobre las prácticas de numeracismo de las personas sordas en la Asociación de Sordos de Governador Valadares (ASUGOV), en diálogo con las formulaciones de Renata Pereira Lima Aspis (2023) sobre epistemologías viscerales, la sociología del campo científico de Pierre Bourdieu (2004) y la crítica a la subalternidad de Gayatri Spivak (2010). El objetivo es comprender de qué modo la Lengua Brasileña de Señas (Libras), concebida como demarcador territorial y cultural, desafía la racionalidad cartesiana y logocéntrica, reconfigurando el estatuto del conocimiento hacia una epistemología situada y corpórea. Metodológicamente, se realizó una revisión bibliográfica narrativa fundamentada en el cruce entre aportes sociológicos, filosóficos y los datos del cotidiano de la ASUGOV. Se argumenta que la imposición de la lengua mayoritaria escrita y de la matemática escolar opera una violencia epistémica que descalifica la experiencia espacio-visual sorda. Los resultados evidencian que el territorio sordo se despliega en territorialidad lingüística, saberes visuales-espaciales y formas disidentes de numeracismo. Se concluye que la legitimidad epistemológica de la Libras desestabiliza los requisitos de admisión del campo científico, constituyendo un gesto político de contracolonización indispensable para una ciencia inclusiva y abierta a saberes insurgentes.

Palabras clave: estudios sordos. Libras. Numeracismo. epistemologías disidentes. subalternidad.

INTRODUÇÃO

Quando Ana, jovem surda de 24 anos, enuncia em Língua Brasileira de Sinais (Libras) que "*Eu tudo visual*", ela não apenas descreve sua condição sensorial: ela afirma um território, uma forma de estar no mundo e de produzir conhecimento que a sociedade ouvinte insiste em invisibilizar. É a partir dessa afirmação enunciativa que Edmara Carvalho Novaes (2020) constrói sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), investigando as práticas de

numeramento de jovens e adultos surdos na Associação de Surdos de Governador Valadares (ASUGOV).

A produção do conhecimento acadêmico sobre grupos minoritários tem sido crescentemente convocada a superar a histórica posição de exterioridade e neutralidade contemplativa que marcou a ciência ocidental. Historicamente, as populações com deficiência ou especificidades linguísticas foram figuradas como meros objetos de investigação ou seres "em falta", cujas trajetórias, memórias e saberes eram traduzidos ou silenciados por categorias eurocêntricas e logocêntricas desvinculadas de suas realidades corporais e territoriais (Novaes, 2014).

Diante da potência desestabilizadora da narrativa de Ana, esta produção caracteriza-se como uma revisão narrativa bibliográfica, cujo objetivo central é analisar o estudo de Novaes (2020) em diálogo direto com as formulações de Renata Pereira Lima Aspís (2023) sobre epistemologias viscerais, a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu (2004) e a crítica à subalternidade de Gayatri Chakravorty Spivak (2010). Busca-se compreender de que modo a Libras, ao configurar-se como demarcador territorial e cultural, tensiona a racionalidade abstrata e cartesiana, reposicionando a experiência espaço-visual surda como *locus* legítimo e autônomo de enunciação e reconfigurando os rumos da epistemologia contemporânea.

3

A relevância deste estudo reside na sua contribuição ético-epistêmica para os debates interdisciplinares sobre decolonialidade, educação matemática, estudos surdos e autonomia sociolinguística. Ao confrontar os requisitos rígidos do campo científico com a denúncia da violência epistêmica e com as cosmopercepções corpóreas e territoriais, o trabalho demonstra que a luta pela afirmação da Libras é indissociável da defesa da existência e da autonomia da palavra.

Para alcançar os objetivos propostos, a estrutura deste artigo organiza-se em seções encadeadas: após esta Introdução, a Revisão de Literatura mapeia os eixos teóricos centrais (Novaes, Aspís, Bourdieu e Spivak); em seguida, a seção de Metodologia explicita o delineamento da pesquisa qualitativa e integrativa; os Resultados sistematizam e analisam as dimensões da territorialidade surda e as contribuições do debate conceitual; a Discussão aprofunda a interpretação dialética dos dados à luz da práxis decolonial; e a Conclusão sintetiza as considerações finais sobre a refundação de uma ciência inclusiva e politicamente engajada.

REVISÃO DE LITERATURA

A sustentação teórica desta reflexão interdisciplinar entrelaça a investigação etnográfica no campo dos Estudos Surdos, a sociologia da ciência e a filosofia decolonial. O ponto de partida encontra-se na dissertação de Edmara Carvalho Novaes (2020). A pesquisa de Novaes debruça-se sobre como se configuram as práticas de numeramento de jovens e adultos surdos da ASUGOV que utilizam a Libras como forma de comunicação central enquanto transitam pela Língua Portuguesa escrita. A autora adota a perspectiva socioantropológica da surdez, recusando a visão clínico-patológica que reduz o sujeito surdo a um "ser em falta" a ser corrigido por intervenções clínicas, o que se caracteriza como um etnocentrismo clínico em relação à saúde surda (Novaes, 2008). Já a opção pelo conceito de "numeramento" em lugar de "matemática escolar" assume caráter político: evita que o peso disciplinar rígido invisibilize as práticas reais cotidianas em que os surdos se envolvem com números, medidas e quantidades.

O aporte de Novaes (2020) ganha densidade ao operar com o conceito de transterritorialidade. Os sujeitos surdos da ASUGOV habitam um "estar entre": transitam e negociam continuamente entre o *território surdo*, constituído pela Libras, pela cultura visual e pela sede da ASUGOV como refúgio de pertencimento, e o *território ouvinte*, dominado pela oralidade, pela escrita e pelos códigos cartesianos da escola. Esse trânsito impõe constrangimentos, mediações e contornamentos operacionais para que o sujeito surdo possa fazer circular seu saber em um mundo que não foi desenhado para sua corporeidade.

Essa leitura empírica é adensada pela reflexão filosófica de Renata Pereira Lima Aspis (2023) em seu ensaio "Todo cérebro tem um cu". Aspis problematiza a herança cartesiana que cindiu mente e corpo, elevando a razão abstrata a critério único de verdade. A autora denuncia que esse modelo de ser humano "racional" é colonial, patriarcal e corporativamente restrito (o homem branco, letrado, ouvinte, sem deficiência). Todos os demais corpos – entre eles os corpos surdos que pensam com as mãos, o olhar e o espaço – são empurrados para a condição de "outros" subordinados. Contra essa opressão logocêntrica, Aspis (2023) propõe a "contracolonização" e o cultivo de epistemologias viscerais e dissidentes, nas quais o conhecimento emerge do afeto, do encontro e da corporeidade.

Para compreender a estrutura social que valide ou rejeite esses saberes dissidentes, recorre-se às formulações sociológicas de Pierre Bourdieu (2004) sobre o campo científico.

Bourdieu demonstra que a ciência não é uma comunidade idílica voltada para a busca desinteressada da verdade, mas um campo de forças e de lutas no qual os agentes disputam o capital científico: uma espécie de capital simbólico baseado no reconhecimento dos pares.

As regras desse jogo são mantidas pelo habitus científico, um sistema de disposições corporificadas e mentais assimilado ao longo da socialização acadêmica. Bourdieu destaca o papel dos requisitos de admissão: regras implícitas e explícitas que determinam quem pode entrar no campo e quais produções são válidas. A Libras e as práticas visuais de numeramento, por não se alinharem às exigências da cultura escrita e oral majoritária, podem ser compreendidas como objetos sumariamente desqualificados e mantidos fora das fronteiras da legitimidade acadêmica.

Nesse entroncamento crítico, o pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) oferece a chave para articular a subalternização linguística e o funcionamento do campo. Ao indagar se o subalterno pode falar, Spivak adverte que os grupos marginalizados não são mudos, mas são estruturalmente impedidos de ser ouvidos, pois as redes de representação hegemônicas forçam-nos a traduzir sua experiência na linguagem do dominante, diluindo sua potência. A imposição do português escrito e da matemática formal sobre os surdos configura uma clara *violência epistêmica*, silenciando uma forma visual-espacial de apreender e calcular o mundo.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio do método de revisão narrativa bibliográfica sob a forma de resenha crítica. A opção por uma pesquisa teórica fundamenta-se na busca por reconstruir, tensionar e aprofundar conceitos e categorias explicativas no campo da epistemologia, dos estudos surdos e do território, atuando na estrutura do conhecimento científico sem a necessidade de coleta empírica direta de campo (Demo, 2000). Alinha-se à abordagem qualitativa por debruçar-se sobre o universo dos significados, valores, memórias e produções discursivas, buscando compreender a complexidade das relações epistêmicas e políticas a partir das vivências dos sujeitos e do exame textual, em recusa à simplificação ou mensuração quantitativa (Minayo, 2016).

No plano operacional, o estudo adotou a revisão bibliográfica integrativa, método que viabiliza a síntese e a articulação sistemática de literaturas teóricas e empíricas plurais,

promovendo o confronto e a combinação entre diferentes matrizes conceituais (Gil, 2017; Whittemore; Knafl, 2005). Esse percurso permitiu a delimitação do *corpus* analítico a partir das obras fundamentais dos quatro eixos teóricos centrais da pesquisa: a investigação socioantropológica e etnográfica de Novaes (2020), a crítica às epistemologias cartesianas em Aspis (2023), a sociologia da ciência de Bourdieu (2004) e as formulações de Spivak (2010) sobre a subalternidade e a violência epistêmica.

A condução do trabalho no formato de resenha crítica assegurou uma apreciação analítica e valorativa das obras reunidas, superando a mera descrição para promover um juízo crítico fundamentado sobre o alcance e os limites de cada perspectiva (Severino, 2016). Para tanto, os procedimentos metodológicos desdobraram-se em etapas encadeadas e complementares, iniciando-se pela triagem e pelo fichamento sistemático das categorias conceituais de territorialidade linguística, numeramento visual, *habitus* científico, violência epistêmica e epistemologias viscerais. Em seguida, realizou-se o cruzamento analítico mediante o cotejo dos dados etnográficos da comunidade surda da ASUGOV presentes em Novaes (2020) com as categorias sociológicas de Bourdieu (2004) e as denúncias filosóficas de Aspis (2023) e Spivak (2010).

O percurso foi submetido a um rigoroso escrutínio acadêmico através do debate e da validação das premissas analíticas e achados preliminares no âmbito de disciplinas e seminários de pós-graduação sobre epistemologia e pesquisa. Por fim, procedeu-se à síntese integrativa mediante a elaboração do quadro comparativo e a redação analítica final, explicitando a convergência entre os autores para a refundação de uma ciência sensível às diferenças corpóreas.

6

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dissertação "*Eu tudo visual*": *libras como demarcador territorial em práticas de numeramento de jovens e adultos surdos de uma associação de surdos*, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), parte de uma pergunta ao mesmo tempo objetiva e profundamente política: como se configuram as práticas de numeramento de jovens e adultos surdos da ASUGOV, que utilizam a Libras como forma de comunicação e ao mesmo tempo transitam pela Língua Portuguesa para leitura e escrita? A pesquisa, de cunho qualitativo, imergiu no cotidiano da ASUGOV por meio de observação participante, oficinas realizadas na sede da associação,

entrevistas com sujeitos surdos e acompanhamento do grupo de WhatsApp da comunidade. Esse conjunto de estratégias metodológicas revela a sensibilidade da pesquisadora, que atua como intérprete de Libras, para as especificidades do campo: as mãos, a sinalização, o olhar, o corpo inteiro são instrumentos de comunicação e de produção de conhecimento.

O aporte teórico do estudo articula três campos em diálogo: os Estudos Surdos, a Educação Matemática (especialmente o constructo teórico das práticas de numeramento), e os Estudos Territoriais. A opção pelo conceito de "numeramento" em lugar de "matemática" não é apenas terminológica; ela é política. O termo evita que o peso disciplinar da matemática escolar restrinja o olhar para as práticas em que os surdos de fato se envolvem com números, medidas, quantidades e espaço, práticas essas que não são reconhecidas pela escola ouvinte como matemática legítima (Fonseca, 2015). Adicionalmente, Novaes (2020) parte de duas concepções distintas de surdez: a clínico-patológica, que a trata como déficit a ser corrigido por meio de intervenções médicas; e a socioantropológica, que reconhece o sujeito surdo como pertencente a uma cultura e a uma língua próprias. A pesquisa adota explicitamente a segunda perspectiva, recusando a imagem do surdo como "ser em falta", expressão cara a autores como Gesser (2009) e Skliar (2016), e posicionando a Libras como artefato cultural e territorial da comunidade surda.

Nesse contexto, o conceito de transterritorialidade firma-se como um dos elementos mais produtivos da dissertação. Os sujeitos surdos da ASUGOV não vivem apenas em um território: eles transitam, negociam e se contornam entre o território surdo, marcado pela Libras, pela cultura visual, pela ASUGOV como espaço de pertencimento, e o território ouvinte, marcado pela Língua Portuguesa, pela escrita e pela matemática escolar. Esse "estar entre territórios" imprime nas práticas de numeramento tensões, mediações, contingenciamentos e contornamentos que a pesquisa mapeia com cuidado etnográfico.

Um exemplo concreto e revelador está na análise empírica: quando um sujeito surdo diz "não é sessenta e seis, é meia-meia", ele não está apenas usando uma expressão alternativa para o número 66; ele opera a partir de uma lógica visual-espacial que divide o total em duas metades iguais, uma lógica de numeramento que não encontra lugar nos moldes da matemática escolar logocêntrica. Esse exemplo evidencia que os surdos não "erram" matemática: eles produzem outros conhecimentos matemáticos, ancorados em outra língua e em outra experiência de mundo. A Libras, portanto, funciona como demarcador territorial no sentido de fortalecer os vínculos da comunidade surda, afirmar a identidade visual desses sujeitos e, simultaneamente,

evidenciar o apagamento ao qual essa comunidade é submetida nos espaços ouvintes. O silêncio ao qual os surdos são conformados nas instituições de ensino não é acidente: é produto de uma estrutura que não reconhece a Libras como língua legítima de produção de conhecimento.

Paralelamente, publicado em dezembro de 2023 no dossiê "Decolonizar a epistemologia: para um gozo sem paternidade", o artigo de Renata Pereira Lima Aspis, professora de filosofia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parte de uma provocação filosófica direta: todo cérebro tem um cu. A sentença não é mero recurso retórico; é a formulação de uma tese de que o pensamento não existe fora do corpo, e o corpo não existe fora das relações que estabelece com outros corpos e com a natureza. Aspis critica a herança cartesiana que separou mente e corpo, elegendo a razão como a única fonte do conhecimento verdadeiro. Essa separação, argumenta ela, não é neutra, mas colonial: o modelo de ser humano capaz de pensar e produzir conhecimento que emergiu da Modernidade europeia é o do homem branco, adulto, cristão e letrado, sendo todos os demais corpos que não se encaixam nesse modelo relegados à condição de "outros", de objetos ou de matéria a ser manipulada. Como a autora escreve de forma contundente:

O ser humano é chamado de "o homem": sim, os corpos com pênis, heterocis, brancos, cristãos, com posses e/ou títulos, das cidades, letrados, são o modelo, são o ser humano. [...] o ser-que-cogita execra, subordina, usa e destrói os corpos com vagina, os corpos racializados, os corpos de gênero não binário, os corpos infantis, os corpos dos povos originários dos territórios colonizados, os corpos com deficiências, os corpos transgênero [...] (Aspis, 2023, p. 62).

8

É nessa lista de corpos execrados que se inserem, também, os corpos surdos: corpos que, por não ouvirem e por produzirem conhecimento de forma visual-espacial, são vistos como "deficientes" ou como corpos que precisam ser "normalizados". Para confrontar cenários como esse, a contribuição de Aspis é relevante, pois ela propõe as epistemologias dissidentes como alternativa: formas de saber produzidas fora dos marcos cartesianos, pelo corpo, pelo afeto e pelo encontro com outros corpos. A autora propõe não apenas "descolonizar", mas "contracolonizar", operando uma distinção relevante: não se trata de adaptar o conhecimento hegemônico a outras perspectivas, mas de criar outros modos de pensar e existir a partir das margens. A metodologia que desenvolve em sua prática docente, chamada "fuçar-ler-escrever", é um exemplo concreto disso, visto que, em vez de reproduzir comentários sobre textos canônicos, os estudantes são convidados a se deixar afetar pelo que leram e a escrever a partir

do que atravessou seus corpos, compreendendo o conhecimento como experiência, e não como mera acumulação de conteúdo.

Já no Capítulo 2 de *Para uma Sociologia da Ciência*, intitulado “Um Mundo à Parte”, Pierre Bourdieu (2004) fornece instrumentos analíticos que permitem compreender, com precisão estrutural, por que certas formas de saber são reconhecidas como legítimas e outras são sistematicamente excluídas. O autor propõe que o campo científico não é um espaço neutro de busca pela verdade, mas um campo de forças dotado de estrutura, um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação das posições de poder. Contra a visão irônica que descreve a ciência como uma comunidade solidária de iguais, Bourdieu demonstra que o que se observa são “conflitos, por vezes ferozes, e competições no interior de estruturas de domínio” (Bourdieu, 2004, p. 39). O conceito central é o de *campo*: um microcosmo social situado em um espaço que abrange outros campos, constituído por agentes (cientistas isolados, equipes ou laboratórios) que disputam o *capital científico*. Este é definido pelo autor como uma “espécie de capital simbólico que age na e pela comunicação” (Bourdieu, 2004, p. 43), fundado no conhecimento e no reconhecimento pelos pares. Quem detém maior quantidade de capital científico ocupa posição dominante no campo e comanda a distribuição das possibilidades de participação; quem não o possui, ou cujas práticas não são reconhecidas como científicas, permanece à margem ou é obrigado a jogar em condições de desvantagem estrutural.

Outro conceito fundamental em Bourdieu é o de *habitus científico*: não um conjunto de regras conscientes que o cientista segue deliberadamente, mas um sistema de disposições práticas adquirido por longa socialização no campo. Bourdieu recusa a visão “escolástica” que enxerga o cientista como maximizador consciente de lucros e destaca que as práticas científicas são produto de um “sentido prático” incorporado, aprendido pelo exemplo, pelo contato com pessoas competentes, pela imersão prolongada no laboratório ou na disciplina. O *habitus científico* é, nas palavras do autor, uma “teoria realizada, incorporada”: ele orienta o que se faz sem que o agente precise consultar as regras a cada passo, da mesma forma que um músico experiente não lê cada nota ao tocar. O terceiro elemento abordado é o *requisito de admissão* ao campo. Bourdieu observa que os campos se distinguem pelo grau de autonomia e pela força dos requisitos de entrada impostos aos recém-chegados. No campo científico, esses requisitos envolvem o domínio do capital teórico e metodológico historicamente acumulado, o domínio das formas legítimas de comunicação e a posse de um *habitus* ajustado às expectativas do campo.

Quem não atende a esses requisitos não é simplesmente ignorado: é excluído, porque o próprio campo define o que conta como contribuição válida e quem tem competência para fazê-la.

A força dessas categorias bourdieusianas, para os fins desta análise, está no que elas revelam sobre o apagamento das práticas de numeramento dos surdos. A Libras, língua visual-espacial, produzida com o corpo inteiro, não atende aos requisitos de admissão de um campo científico estruturado pela oralidade e pela escrita. O capital científico que ela poderia gerar não é reconhecido como tal pelo campo dominante, porque o *habitus científico* hegemônico está ajustado às exigências da língua majorizada escrita. Assim, os surdos não são excluídos do campo científico por incapacidade: são excluídos porque o campo foi construído sem eles e para outros, demonstrando que a exclusão não é acidente, mas estrutura.

Por fim, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua provocação fundante, argumenta que o subalterno não pode falar, não porque seja mudo, mas porque os sistemas de representação disponíveis dentro da ordem hegemônica não permitem que seja ouvido. Quando o subalterno tenta falar, ele ou é silenciado, ou é obrigado a fazê-lo nos termos do dominante, perdendo assim a especificidade de sua experiência e de seu saber. A comunidade surda descrita por Novaes vive essa condição de forma bastante concreta. Para existir nas práticas de numeramento que a sociedade ouvinte reconhece como legítimas (como pagar contas, interpretar documentos, lidar com impostos, fazer compras), os surdos da ASUGOV são compelidos a abandonar, ao menos temporariamente, a Libras e a operar na Língua Portuguesa escrita. Isso não é inclusão: é o silenciamento de uma forma de conhecer para que outra possa ser exercida. A pesquisadora registra esse movimento como “constrangimentos, contingenciamentos e contornamentos”, estratégias de sobrevivência epistemológica que os surdos desenvolvem para navegar entre territórios que não foram feitos para eles.

Bourdieu oferece, a esse quadro, a dimensão estrutural que Spivak intuiu: o silenciamento do subalterno não é produto de uma decisão individual ou de preconceito difuso, mas resultado do funcionamento de um campo que distribui o capital de forma desigual e impõe requisitos de admissão que excluem sistematicamente quem não possui o *habitus* dominante. Os surdos da ASUGOV não são ouvidos porque o campo científico e a escola que o reproduz não reconhecem a Libras como língua de produção de conhecimento legítimo. A estrutura do campo determina que o dominante seja aquele que nela ocupa uma posição tal que a própria estrutura age em seu favor; para os surdos, a estrutura age sempre contra.

O que Aspis contribui, nesse diálogo, é a nomeação filosófica desse processo. Ao denunciar o cartesianismo como estrutura colonial que determina quem pode pensar e como se pensa, ela fornece um vocabulário crítico para compreender por que a Libras, língua que não é oral, que não é escrita, que se produz no espaço e é percebida pela visão, é estruturalmente desqualificada como língua de produção de conhecimento matemático. Na lógica hegemônica, o conhecimento verdadeiro é aquele abstraído do corpo. A Libras, que é toda corporeidade, toda visualidade e toda espacialidade, não cabe nessa lógica; Bourdieu mostra que esse “não caber” tem nome: é a ausência do *habitus* e do capital científico exigidos pelo campo.

O gesto de Novaes, ao nomear a Libras como demarcador territorial e ao reconhecer o “meia-meia” como uma prática legítima de numeramento, é, na acepção de Aspis, um gesto de contracolonização: não se trata de incluir a Libras na matemática escolar nos termos da matemática escolar, mas de reconhecer que há outra forma de pensar com o espaço, com os dedos, com o olhar e com o corpo. É, na acepção de Bourdieu, uma tentativa de reconfigurar os requisitos de admissão ao campo do saber e de redistribuir o capital científico de modo que o conhecimento visual-espacial dos surdos seja reconhecido como tal.

A dissertação de Novaes, nesse sentido, não é apenas uma pesquisa sobre surdos e matemática: é uma pesquisa que desestabiliza, ainda que de forma cuidadosa e acadêmica, as fronteiras entre o que conta como conhecimento e o que não conta. Ao tomar a ASUGOV como campo e a Libras como categoria central de análise, a pesquisa devolve a voz e a legitimidade epistemológica a sujeitos que a escola, a sociedade e a academia insistem em silenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida evidencia que a investigação de Edmara Carvalho Novaes (2020) sobre as práticas de numeramento dos surdos da ASUGOV firma-se como um ponto de partida epistemologicamente potente para repensar as categorias de corpo, linguagem, território e conhecimento na ciência contemporânea. Ao colocar esse estudo empírico em diálogo com as formulações de Aspis (2023), Bourdieu (2004) e Spivak (2010), foi possível desvelar as engrenagens de silenciamento que historicamente confinaram os sujeitos surdos à condição de subalternidade epistêmica.

A articulação em rede teórica demonstrou que a exclusão da comunidade surda dos espaços de prestígio acadêmico e social não decorre de uma limitação biológica, mas do

funcionamento de um campo científico que impõe o logocentrismo e a oralidade/escrita como requisitos arbitrários de admissão. O confronto com a crítica de Spivak à violência epistêmica e com a proposta contracolonial de Aspis expõe a urgência de superar a herança cartesiana, abrindo espaço para saberes viscerais, situados e corporificados.

A Libras, enquanto demarcador territorial e cultural, prova ser um vetor de produção teórica e prática altamente sofisticado. As formas de numeramento observadas na ASUGOV revelam que a visualidade e a espacialidade constituem matrizes cognitivas legítimas, capazes de dialogar com o mundo e de produzir soluções matemáticas autônomas e originais.

Em síntese, reafirma-se a tese central deste estudo: a experiência e a língua da comunidade surda são *locus* legítimos de produção de conhecimento emancipatório. Reconhecer a agência e a voz de sujeitos como os da ASUGOV ultrapassa a mera concessão inclusiva ou adaptação pedagógica; trata-se de uma exigência ético-epistêmica para a reconfiguração do campo científico, tornando-o genuinamente plural, democrático e comprometido com todas as formas de existência.

REFERÊNCIAS

ASPIS, Renata Pereira Lima. Todo cérebro tem um cu. Revista Espaço Acadêmico, v. 23, n. 242, p. 57-68, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/68735>. Acesso em: 21 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. Para uma sociologia da ciência. Lisboa: Edições 70, 2004.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Numeramento: usos de um termo na configuração de demandas e perspectivas da pesquisa em educação matemática de pessoas jovens e adultas. In: D'AMBRÓSIO, Beatriz Silva; LOPES, Celi Espasandin (org.). Vertentes da subversão na produção científica em educação matemática. Campinas: Mercado das Letras, 2015. p. 47-60.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

NOVAES, Edmara Carvalho. "Eu tudo visual": libras como demarcador territorial em práticas de numeramento de jovens e adultos surdos de uma associação de surdos. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) — Universidade Vale do Rio Doce, Governador

Valadares, 2020. Disponível em:
<https://pergamum.univale.br/pergamumweb/vinculos/000000/00000084.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2026.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. Direito à saúde: o etnocentrismo clínico em relação à saúde surda. Anais do V Seminário Sociedade Inclusiva. Diversidade e Sustentabilidade: do Local ao Global. Belo Horizonte, Brasil: PUC Minas. 2008. Disponível em:
http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/saude/comu/DIREITO%20A%20SAUDE%20O%20ETNOCENTRISMO%20CLINICO%20EM%20RELACAO%20A%20SAUDE%20SURDA.pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. Surdos: educação, direito e cidadania. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>.